



Número: **0600015-73.2022.6.24.0000**

Classe: **PROPAGANDA PARTIDÁRIA**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Juiz de Direito 1**

Última distribuição : **31/01/2022**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Veiculação de Propaganda Partidária - Em Inserções**

Objeto do processo: **PROPAGANDA PARTIDÁRIA - VEICULAÇÃO DE PROPAGANDA PARTIDÁRIA GRATUITA - INSERÇÕES - RÁDIO - TELEVISÃO - 2022 - 1º SEMESTRE.**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
PODEMOS (PODE) - ESTADUAL - SC (REQUERENTE)		CLEITON ROBERTO PEREIRA (ADVOGADO)	
PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL - SC (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
18765 277	01/04/2022 18:14	<a href="#">Acórdão</a>	Acórdão



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

PROPAGANDA PARTIDÁRIA (11536) N. 0600015-73.2022.6.24.0000

REQUERENTE: PODEMOS (PODE) - ESTADUAL - SC  
ADVOGADO: CLEITON ROBERTO PEREIRA - OAB/SC57632-A

RELATOR: JUIZ MARCELO PONS MEIRELLES

PROPAGANDA POLÍTICO-PARTIDÁRIA – RÁDIO E TELEVISÃO –  
INSERÇÕES EM ÂMBITO ESTADUAL – PRIMEIRO SEMESTRE DE  
2022.

EMENDA CONSTITUCIONAL N. 97/2017 – LEI DOS PARTIDOS  
POLÍTICOS (LEI N. 9.096/1995) – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA  
LEI N. 14.291/2021.

Têm direito de acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que, alternativamente, “obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas; ou tiverem eleito pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação” (CF, art. 17, § 3º).

PARTIDO QUE ELEGEU 11 (ONZE) DEPUTADOS FEDERAIS NAS ELEIÇÕES GERAIS DE 2018, ALCANÇANDO 17 PARLAMENTARES NA CÂMARA FEDERAL COM A INCORPORAÇÃO DO PHS – APLICAÇÃO DO ART. 50-B, § 1º, II, DA LEI N. 9.096/1995 – DIREITO DE VEICULAÇÃO DE 10 MINUTOS DE INSERÇÕES SEMESTRAIS, DISTRIBUÍDAS EM 20 INSERÇÕES – OBSERVÂNCIA DOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NA RESOLUÇÃO TSE N. 23.679/2022 – CRITÉRIOS DA PORTARIA TSE N. 85/2022 – ATENDIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS.

DEFERIMENTO.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, à unanimidade, em deferir o pedido formulado pelo PODEMOS (PODE) de Santa Catarina para veiculação de inserções estaduais no primeiro semestre de 2022, nos termos do voto do Relator.

Florianópolis, 1 de abril de 2022.

JUIZ MARCELO PONS MEIRELLES, RELATOR



## RELATÓRIO

Trata-se de requerimento para veiculação de inserções de propaganda político-partidária, em âmbito estadual, formulado pela agremiação partidária PODEMOS de Santa Catarina, relativamente ao primeiro semestre do ano de 2022.

O pedido inicial veio instruído com o anexo I da Portaria TSE n. 85/2022, necessário para apurar a quantificação da bancada da agremiação partidária (ID 18752201).

Remetido para a Seção de Partidos Políticos e Apuração de Eleições, a unidade técnica deste Tribunal expediu informação pelo indeferimento do pedido, tendo em vista não se adequar à legislação de regência, uma vez que as datas requeridas recaem em dias reservados para as inserções em âmbito nacional.

Intimado para retificar o pedido, o partido requerente se manifestou por meio da petição ID 18752200.

Ato contínuo, a SPPAE manifestou-se pelo deferimento do pleito, adequando-se as datas requeridas (ID 18752752).

Com vista dos autos, a Procuradoria Regional Eleitoral manifestou-se pelo deferimento do pedido, com os ajustes promovidos pela unidade técnica, nos termos da Informação ID 18752752 (ID 18753971).

É o relatório.

## VOTO

O SENHOR JUIZ MARCELO PONS MEIRELLES (Relator):

Senhor Presidente, o pedido reúne os requisitos para o seu conhecimento.

A promulgação da Emenda Constitucional n. 97/2017 reintroduziu no ordenamento jurídico o direito dos partidos políticos veicularem propaganda partidária, o que havia sido extinto pela Lei n.13.487, de 06 de outubro de 2017.

Concorde à nova regra constitucional, terão direito de acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que, alternativamente, “obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas; ou tiverem eleito pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação” (CF, art. 17, § 3º).

Destaco que o exercício dessa prerrogativa restou exaustivamente disciplinado pela Lei n. 14.291/2021, que alterou a Lei n. 9.096/1995, para estabelecer o novo regime jurídico sobre a matéria, nestes termos:

Art. 50-A. A propaganda partidária gratuita mediante transmissão no rádio e na televisão será realizada entre as 19h30 (dezenove horas e trinta minutos) e as 22h30 (vinte e duas horas e trinta minutos), em âmbito nacional e estadual, por iniciativa e sob a responsabilidade dos respectivos órgãos de direção partidária.

§ 1º As transmissões serão em bloco, em cadeia nacional ou estadual, por meio de



inserções de 30 (trinta) segundos, no intervalo da programação normal das emissoras.

§ 2º O órgão partidário respectivo apresentará à Justiça Eleitoral requerimento da fixação das datas de formação das cadeias nacional e estaduais.

§ 3º A formação das cadeias nacional e estaduais será autorizada respectivamente pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelos Tribunais Regionais Eleitorais, que farão a necessária requisição dos horários às emissoras de rádio e de televisão.

§ 4º A critério do órgão partidário nacional, as inserções em redes nacionais poderão veicular conteúdo regionalizado, com comunicação prévia ao Tribunal Superior Eleitoral.

§ 5º Se houver coincidência de data, a Justiça Eleitoral dará prioridade ao partido político que apresentou o requerimento primeiro.

§ 6º As inserções serão entregues às emissoras com a antecedência mínima acordada e em mídia com tecnologia compatível com a da emissora recebedora.

§ 7º As inserções a serem feitas na programação das emissoras serão determinadas:

I – pelo Tribunal Superior Eleitoral, quando solicitadas por órgão de direção nacional de partido político;

II – pelo Tribunal Regional Eleitoral, quando solicitadas por órgão de direção estadual de partido político.

§ 8º Em cada rede somente serão autorizadas até 10 (dez) inserções de 30 (trinta) segundos por dia.

§ 9º As inserções deverão ser veiculadas pelas emissoras de rádio e de televisão no horário estabelecido no *caput*, divididas proporcionalmente dentro dos intervalos comerciais no decorrer das 3 (três) horas de veiculação, da seguinte forma:

I – na primeira hora de veiculação, no máximo 3 (três) inserções;

II – na segunda hora de veiculação, no máximo 3 (três) inserções;

III – na terceira hora de veiculação, no máximo 4 (quatro) inserções.

§ 10. É vedada a veiculação de inserções sequenciais, observado obrigatoriamente o intervalo mínimo de 10 (dez) minutos entre cada veiculação.

§ 11. As inserções serão veiculadas da seguinte forma:

I – as nacionais: nas terças-feiras, quintas-feiras e sábados;

II – as estaduais: nas segundas-feiras, quartas-feiras e sextas-feiras.

Art. 50-B. O partido político com estatuto registrado no Tribunal Superior Eleitoral poderá divulgar propaganda partidária gratuita mediante transmissão no rádio e na



televisão, por meio exclusivo de inserções, para:

I – difundir os programas partidários;

II – transmitir mensagens aos filiados sobre a execução do programa partidário, os eventos com este relacionados e as atividades congressuais do partido;

III – divulgar a posição do partido em relação a temas políticos e ações da sociedade civil;

IV – incentivar a filiação partidária e esclarecer o papel dos partidos na democracia brasileira;

V – promover e difundir a participação política das mulheres, dos jovens e dos negros.

§ 1º Os partidos políticos que tenham cumprido as condições estabelecidas no § 3º do art. 17 da Constituição Federal terão assegurado o direito de acesso gratuito ao rádio e à televisão, na proporção de sua bancada eleita em cada eleição geral, nos seguintes termos:

I – o partido que tenha eleito acima de 20 (vinte) Deputados Federais terá assegurado o direito à utilização do tempo total de 20 (vinte) minutos por semestre para inserções de 30 (trinta) segundos nas redes nacionais, e de igual tempo nas emissoras estaduais;

II – o partido que tenha eleito entre 10 (dez) e 20 (vinte) Deputados Federais terá assegurado o direito à utilização do tempo total de 10 (dez) minutos por semestre para inserções de 30 (trinta) segundos nas redes nacionais, e de igual tempo nas emissoras estaduais;

III – o partido que tenha eleito até 9 (nove) Deputados Federais terá assegurado o direito à utilização do tempo total de 5 (cinco) minutos por semestre para inserções de 30 (trinta) segundos nas redes nacionais, e de igual tempo nas redes estaduais.

§ 2º Do tempo total disponível para o partido político, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser destinados à promoção e à difusão da participação política das mulheres.

§ 3º Nos anos de eleições, as inserções somente serão veiculadas no primeiro semestre.

§ 4º Ficam vedadas nas inserções:

I – a participação de pessoas não filiadas ao partido responsável pelo programa;

II – a divulgação de propaganda de candidatos a cargos eletivos e a defesa de interesses pessoais ou de outros partidos, bem como toda forma de propaganda eleitoral;

III – a utilização de imagens ou de cenas incorretas ou incompletas, de efeitos ou de quaisquer outros recursos que distorçam ou falseiem os fatos ou a sua comunicação;



IV – a utilização de matérias que possam ser comprovadas como falsas (*fake news*);

V – a prática de atos que resultem em qualquer tipo de preconceito racial, de gênero ou de local de origem;

VI – a prática de atos que incitem a violência.

§ 5º Tratando-se de propaganda partidária no rádio e na televisão, o partido político que descumprir o disposto neste artigo será punido com a cassação do tempo equivalente a 2 (duas) a 5 (cinco) vezes o tempo da inserção ilícita, no semestre seguinte.

§ 6º A representação, que poderá ser oferecida por partido político ou pelo Ministério Público Eleitoral, será julgada pelo Tribunal Superior Eleitoral quando se tratar de inserções nacionais e pelos Tribunais Regionais Eleitorais quando se tratar de inserções transmitidas nos Estados correspondentes.

§ 7º O prazo para o oferecimento da representação prevista no § 6º deste artigo encerra-se no último dia do semestre em que for veiculado o programa impugnado ou, se este tiver sido transmitido nos últimos 30 (trinta) dias desse período, até o 15º (décimo quinto) dia do semestre seguinte.

§ 8º Da decisão do Tribunal Regional Eleitoral que julgar procedente a representação, cassando o direito de transmissão de propaganda partidária, caberá recurso para o Tribunal Superior Eleitoral, que será recebido com efeito suspensivo.

Art. 50-C. Para agilizar os procedimentos, condições especiais podem ser pactuadas diretamente entre as emissoras de rádio e de televisão e os órgãos de direção do partido, obedecidos os limites estabelecidos nesta Lei, dando-se conhecimento ao Tribunal Eleitoral da respectiva jurisdição.

Art. 50-D. A propaganda partidária no rádio e na televisão fica restrita aos horários gratuitos disciplinados nesta Lei, com proibição de propaganda paga.

O Tribunal Superior Eleitoral, com o objetivo de “assegurar a celeridade da análise dos requerimentos de veiculação de propaganda partidária e a efetividade das normas que impõem obrigações aos partidos políticos e às emissoras de rádio e televisão”, publicou a Resolução TSE n. 23.679/2022 e a Portaria TSE n. 85/2022, fixando o tempo de propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão para o primeiro semestre do ano de 2022 a que faz jus cada partido político.

Neste contexto, verifico que, muito embora o partido tenha alegado ter eleito 11 Deputados Federais nas Eleições 2018, deixou de instruir o pedido inicial com a certidão da Câmara de Deputados, informativa da quantidade de parlamentares eleitos naquele pleito.

Ocorre que, no curso da instrução do feito, houve a juntada do Anexo I da Portaria TSE n. 85/2022, informativa de que o requerente, com a fusão ao partido PHS, alcançou o número de 17 Deputados Federais.

Logo, a hipótese se enquadra no art. 50-B, § 1º, II, da Lei dos Partidos políticos – ter entre 10 e 20 deputados federais eleitos – de maneira que ao requerente resta assegurado o direito de veicular o tempo total de 10 minutos de inserções estaduais de propaganda partidária gratuita, distribuídos em 20 inserções de 30 segundos.



E, conforme já relatado, segundo informação da área técnica deste Tribunal, as datas de veiculação das inserções requeridas pela agremiação tiveram que ser ajustadas, a fim de preservar as datas já previamente agendadas por pedidos antecedentes.

Nesse sentido, as inserções deverão ser veiculadas pelas emissoras de rádio e televisão, respeitando-se a seguinte grade de distribuição:

1º SEMESTRE DE 2022			
DATA	DIA DA SEMANA	INSERÇÕES (30 segundos)	TEMPO
6/5/2022	sexta-feira	5	2min30seg
9/5/2022	segunda-feira	2	1min
11/5/2022	quarta-feira	3	1min30seg
16/5/2022	segunda-feira	5	2min30seg
18/5/2022	quarta-feira	5	2min30seg
<b>TOTAL</b>		<b>20</b>	<b>10 minutos</b>

Deve o órgão partidário, ainda, observar obrigatoriamente as regras procedimentais estabelecidas pela Resolução TSE n. 23.679/2022, incluindo a necessidade de respeitar os prazos para a entrega do material a ser veiculado nas emissoras de rádio e TV, sob pena de não ter o direito de fruição do tempo de propaganda partidária.

Ante o exposto, **defiro** o pedido formulado pelo **PODEMOS de Santa Catarina** para veiculação de inserções estaduais no **1º semestre de 2022**, observando-se rigorosamente a distribuição da grade horária desta decisão colegiada.

É o voto.

#### EXTRATO DE ATA

PROPAGANDA PARTIDÁRIA (11536) N. 0600015-73.2022.6.24.0000

REQUERENTE: PODEMOS (PODE) - ESTADUAL - SC  
ADVOGADO: CLEITON ROBERTO PEREIRA - OAB/SC57632-A

RELATOR: JUIZ MARCELO PONS MEIRELLES

**Decisão:** ACORDAM os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, à unanimidade, em deferir o pedido formulado pelo PODEMOS (PODE) de Santa Catarina para veiculação de inserções estaduais no primeiro semestre de 2022, nos termos do voto do Relator.

Participaram do julgamento os Juízes Leopoldo Augusto Brüggemann (Presidente), Alexandre d'Ivanenko, Luís Francisco Delpizzo Miranda, Marcelo Pons Meirelles, Paulo Afonso Brum Vaz, Zany Estael Leite Júnior e Willian de Medeiros Quadros.

Presente o Procurador Regional Eleitoral André Stefani Bertuol.

Processo julgado na sessão de 01/04/2022.

